

Luís Maria da Silva Pinto
e o *Dicionário da Língua Brasileira*
(Ouro Preto, 1832)¹

Ivana Stolze Lima*
Fundação Casa de Rui Barbosa e PUC-RJ

Compilar. v. a. Ajuntar papeis, leis, preceitos, etc. para fazer hum todo. (Luís Maria da Silva Pinto, *Dicionário da Língua Brasileira*, Ouro Preto, Tipografia de Silva, 1832)

Compilar, v. at. Unir em um corpo varias Leis, papeis avulsos, preceitos, que andam esparsos por outros, fragmentos alheios: v. g. compilar os Concilios, as Historias das Viagens, para fazer corpos de Concilios, Historias geraes, &c. (Antonio de Moraes Silva, *Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa, Tipografia Lacerdina, 1813, 2ª edição.)

O objetivo deste artigo é compreender a publicação, em 1832, do *Dicionário da Língua Brasileira*, em Ouro Preto. O seu autor foi Luís Maria da Silva Pinto, que era também o dono da Tipografia de Silva. Propomos duas estratégias para a investigação. A primeira consistirá em analisar o próprio dicionário, comentando o seu título, os seus verbetes e algumas outras características. A segunda estratégia será esboçar um sentido mais amplo, relacionando a publicação do volume a alguns problemas históricos ligados à formação do Estado imperial, às idéias de nacionalidade e à cultura política, e ao conjunto

de práticas da escrita nas primeiras décadas do século XIX, apontando especialmente para a circulação da palavra impressa e as suas implicações para os caminhos e descaminhos da formação de uma língua nacional no Brasil.

Este artigo é um dos resultados do projeto de pesquisa “Entre o tupi e a geringonça luso-africana, eis a língua brasileira”, em que procuramos olhar para as imagens sobre a língua do Brasil e as línguas no Brasil enquanto reveladoras de elaborações e problematizações sobre a mestiçagem no Império. As tensões e problemas advindos de uma sociedade de grande diversidade racial e étnica, vivendo sob o regime monárquico-escravista, evidenciam os conflitos entre unidade e diversidade na construção da identidade nacional no Império. De certa perspectiva, esses são os conflitos sociais, políticos e simbólicos da formação do Estado imperial no Brasil.

Dentre as ações do Estado sobre a Casa, seguindo a conceituação de Ilmar Rohloff de Mattos em sua análise sobre a formação do Estado, a difusão de um “espírito de associação” seria das mais importantes, atuando de modo eficaz e duradouro, na medida em que procuraria construir um consenso em torno da suposta unidade moral, cultural e histórica da nação. O mesmo autor cita um dos dirigentes saquaremas, Paulino Soares de Souza, que se preocupava com um “modo geral de sentir” (Mattos, 1987, p. 157). O Romantismo e todo o investimento na literatura *brasileira*, na língua *brasileira*, na história *pátria*, na ciência *nacional*, acreditavam na construção daquela unidade. No entanto, os obstáculos teimavam em aparecer: “multiplicidade das raças”, “povo mesclado e heterogêneo”, “nação composta de raças estranhas”, “amálgama do sangue, das tradições e das línguas”², constituem algumas expressões contemporâneas que revelam inquietações quanto ao tema. A questão seria como, no campo simbólico, conceber esses fragmentos e divisões em uma unidade?

A concepção de nação no Império do Brasil não operava uma união direta entre os cidadãos. Ao contrário, as diferenças eram entendidas como naturais. Esse projeto interroga exatamente de que forma a construção de uma língua nacional lidou com a diversidade.

Como a mesma fez face à polissemia da mestiçagem? Qual o tratamento dispensado aos “outros” internos – índios, africanos, escravos – na definição de uma identidade nacional que tomava a língua como uma espécie de ninho agregador? Os limites temporais do projeto estendem-se entre as décadas de 1830 e 1870, e além de diversos artigos publicados em periódicos, manifestos teóricos e literatura ficcional, selecionamos como fontes dicionários e vocabulários, daí o exame ora proposto do *Dicionário da Língua Brasileira*³.

Luís Maria da Silva Pinto nasceu na província de Goiás, por volta das décadas de 1770 ou 1780, e faleceu em Ouro Preto, em 1869. Exerceu longa carreira na burocracia do Estado, tendo sido secretário do governo provincial. Na sua biografia, embora disponhamos de poucas informações, há três grandes direções que vale a pena destacar. A primeira foi a elaboração de mapas estatísticos populacionais, em momentos distintos, tendo sido nomeado diretor do Censo em 1852. Outra área em que atuou foi a instrução pública: entre 1856 e 1857, foi vice-diretor geral da Instrução Pública⁴ e diretor do 1º Círculo Literário e do Liceu Mineiro, quando teria composto um Plano de reforma do ensino em Minas Gerais. E a terceira direção que pode ser indicada foi a sua atuação na imprensa. Em 1822 foi nomeado administrador da Tipografia Nacional na sua província - às vezes designada como Tipografia Provincial -, que publicava impressos para repartições públicas e particulares. Elaborou, no mesmo ano, uma proposta para a administração desta tipografia que, embora sucinta, constitui um documento interessante para pensar algumas condições da produção tipográfica. Segundo Tarquínio Oliveira, Silva Pinto teria sido responsável pelos jornais *O compilador mineiro*, *O Companheiro do Conselho*, *Diário do Conselho do Governo*, e *O Patriota Mineiro*. No entanto, de acordo com o acervo da Biblioteca Nacional, os três primeiros jornais foram produzidos pela Oficina Patrícia de Barbosa e Companhia, sendo que não encontrei nenhuma menção a uma possível relação entre Silva Pinto e esta tipografia, a qual é

bastante conhecida pela historiografia e que, aliás, tinha todo o seu maquinário produzido localmente. José Pedro Xavier da Veiga sugere que o equipamento daquela Tipografia Provincial (ou Nacional) teria passado para a propriedade de Silva Pinto, tornando-se o núcleo da Tipografia de Silva, embora não consiga precisar a data em que isso teria ocorrido (Veiga, 1898, p. 10-20). Pesquisando em diferentes acervos do Rio de Janeiro e Ouro Preto, conseguimos localizar publicações da Tipografia de Silva que datam a partir de 1828, que serão comentadas adiante.

Esses são provavelmente os primeiros livros impressos em Minas Gerais, sendo o volume em foco o primeiro dicionário publicado em terras brasileiras. Luís Maria da Silva Pinto, mais do que autor, seria uma mistura de autor e tipógrafo.

O título desse dicionário certamente chama a atenção de quem se depara com ele. Afinal, de que trataria? É preciso olhar para a efervescente cultura política do Brasil do período regencial (1831-1840). A abdicação de D. Pedro I, a instalação de um governo regencial, as discussões em torno das reformas liberais, os diferentes movimentos sociais espalhados pelo Império foram fenômenos banhados em intensa disputa sobre a identidade e a cidadania. Paixões e fervores acompanhavam as palavras “brasileiro” e “português”. Nada parecia neutro. Insultos, xingamentos, bravatas eram corriqueiros nas ruas, quartéis, teatros e no farto material impresso que circulava na Corte e nas províncias. Como atribuir ao dicionário o título de língua portuguesa se o português era o maroto, pé de chumbo, absolutista, inimigo com quem se disputavam cargos públicos e decisões sobre o rumo da política? A nacionalidade, forjada de forma bastante particular, era entendida como inseparável da cidadania e das lutas políticas. Mais do que um movimento antilusitano, a cultura política da época esteve marcada por um jogo entre identidades construídas, que deu lugar a um animado debate sobre as identidades raciais e de cor (Lima, 2003).

Durante o período regencial, a palavra “brasileiro” não traduzia um sentido pacificado, apesar de sua proliferação, tendo sido apropriada por diferentes grupos sociais e projetos políticos diversos.

Para os contemporâneos, a expressão “língua brasileira” não traria um sentido claro ou espontâneo. A melhor prova disso é a necessidade que teve o autor de explicar o título, tentando desfazer um equívoco no momento em que foi anunciado, que levou a pensar que o dicionário trataria da língua dos índios. Aliás, o título do volume vai continuar provocando equívocos ao longo das décadas seguintes.

O que moveu Silva Pinto a essa empreitada foi a “raridade do Dicionário do nosso idioma”⁶. No Prólogo, refere-se à existência de outros dicionários, bem como a diferentes edições do *Dicionário da Língua Portuguesa* do “fluminense” Antônio de Moraes Silva, mas que não resolveriam a grande penúria desses volumes, considerados auxiliares da Gramática e da Ortografia. Em 1829 ele lançou a proposta de subscrição, procurando captar recursos prévios, prometendo exemplares aos assinantes quando a edição ficasse pronta, como era comum na época. Ainda segundo o autor, a proposta foi bem e prontamente acolhida, em diferentes províncias do Império. Ele comprou o papel necessário, mas logo se deu conta de que, distribuídos os exemplares, quase nada restaria para compensar o seu próprio trabalho. Trabalho esse “árduo” e “longo”, pois

“(...) cumpria consultar todos os Vocabulários ao alcance, para com efeito dar o da Língua Brasileira; isto é, compreensivo das palavras e frases entre nós geralmente adotadas, e não somente daquelas que proferem os Índios, como se presumira.”

A expressão língua brasileira, assim, é explicada não em contraposição à língua portuguesa, mas à língua *dos índios*. Este seria, portanto, o sentido corriqueiro e espontâneo da idéia de uma língua brasileira, expressão de qualquer forma pouco usual⁷. Em 1860, Joaquim Norberto ainda precisava fazer a mesma ressalva ao defender esta “língua brasileira”, dizendo claramente não se tratar da língua “brasílica” ou “guaranina”⁸. O trecho citado abaixo vale ainda como indício da circulação da obra de Silva Pinto.

“Logo, é fácil demonstrar que temos uma língua em que devemos escrever de preferência a todas as existentes, embora nos fosse legada pelos conquistadores portugueses; nem vejo obstáculo ou impropriedade alguma em chamá-la brasileira. Tomar-se-á sempre, não há dúvida, por língua portuguesa, mas modificada em sua índole pela influência do clima e do caráter dos nacionais e enriquecida pela introdução de grande cópia de vocábulos que são peculiares, e que sem eles não nos saberíamos exprimir a respeito de muitas coisas, os quais não só passaram às línguas da Europa, como à linguagem científica. Já sob essas vistas deram à luz os prelos de Ouro Preto um *Dicionário da Língua brasileira*, cujas palavras são as que falamos, pois por língua brasileira se não pode tomar a língua primitiva de nossos indígenas, *que já não é língua vernácula do Brasil*”.

Essa atitude revelava o jogo romântico na polêmica acerca da “língua brasileira”, entre a diferença e continuidade com Portugal, e a hierarquização das marcas internas que conformariam esta diferença (Lima, 2003; Sússekind, 1994 e Trouche, s.d.). Mas o contexto de 1832 é um tanto distinto desse jogo romântico de meados do século, momento de certa pacificação da palavra brasileiro. Por isso, levando em conta as expectativas da época, os próprios termos em que se davam as disputas políticas, aparece a explicação mais plausível e socialmente significativa para o título de 1832. Tratava-se mais de evitar o uso de um qualificativo impróprio naquele momento, do que de advogar de forma consciente e argumentada por uma cisão idiomática. Ao contrário, Silva Pinto não quis polemizar, e nem se dedicou a uma teorização profunda sobre uma identidade intrínseca dessas “palavras e frases entre nós geralmente adotadas”. Esta observação não é para apresentar uma “falha” na sua obra, mas para procurar, positivamente, qual o seu próprio sentido. Patriotismo havia, sim, mas deve ser compreendido nos próprios termos da época, sem projetar lá algo posterior.

Possíveis erros, falhas, equívocos nas fontes, não merecem ser desperdiçados, podendo servir de matéria-prima para o historiador, quase sempre carente de informações e registros mais precisos. Às vezes pode valer a pena ouvir o Dr. Freud e prestar atenção nos “atos falhos” dos sujeitos passados que procuramos compreender. Significados coletivos podem aparecer aí. Inocêncio Silva, dedicado

a compilar informações bibliográficas, em 1860, referia-se ao volume como Dicionário da Língua Brasília. Em edição suplementar procurou – em vão – corrigir o equívoco sobre Silva Pinto:

“Parece que estabeleceu para as suas edições uma tipografia, e entre as obras que imprimiu, sob a sua direção, figura um Dicionário da Língua Portuguesa, e por isso julgo que houve equívoco em indicar sob o número 649 um Dicionário da Língua Brasília.”(Silva, 1860, p. 303 e 1893, p. 46).

Em publicação do IHGB persiste a designação de Dicionário da Língua Portuguesa para a obra de Luís Maria da Silva Pinto¹⁰. Deveria ser mesmo difícil assumir esse título, talvez pela própria dissonância e desacordo quanto ao que seria o sentido mais espontaneamente associado, de língua brasílica, indígena. Também é curiosa a frase com que Sacramento Blake, equivocadamente também quanto ao local de publicação, menciona o volume:

“Dicionário da língua brasílica. Rio de Janeiro... Nunca vi esta obra.”
(Blake, 1893-1902, p. 435).

Cem anos depois, em 1935, houve uma interessante polêmica em que se propôs na Câmara Municipal do Rio de Janeiro que todos os compêndios, manuais, gramáticas a serem utilizados nas escolas, publicados a partir daquele momento, deveriam obrigatoriamente apresentar no título “língua brasileira”. A lei foi aprovada, mas não foi cumprida. No mesmo ano, a idéia foi reeditada em âmbito federal, mas o projeto acabou abortado pela instalação do Estado Novo em 1937 (Dias, 2001). A questão do nome da língua vem sendo tratada por uma série de pesquisadores da área de história das idéias lingüísticas (Mariani e Souza, 1994, Orlandi, 2001, Nunes, 2001), articulada com levantamentos e análises sobre os percursos do português no Brasil.

Nas primeiras décadas do XIX, a questão de como nomear a língua apareceu nos debates legislativos, aparecendo então a opção “linguagem brasileira”, na menção à redação dos diplomas em Medicina, um dos cursos superiores então criados. José Honório Rodrigues, analisando os debates na Assembléia Constituinte de

1823, apontou para algo inédito: “Era a primeira vez que brasileiros de toda parte falavam a sua própria língua uns aos outros em assembléia pública. Uns poucos deviam ter notado as diferenças de prosódia.” (Rodrigues, 1974, p. 277.)

Outros exemplos de manifestações sobre a natureza da língua nas primeiras décadas do século XIX vieram do Visconde da Pedra Branca – que contribuiu com um pequeno glossário com palavras que mudaram de significação no Brasil (por exemplo, *chacota*, que de canção licenciada, passou a zombaria) e com palavras desconhecidas em Portugal (como *caçula*, *mandinga*, *muxoxo*, *munheca*) para o *Atlas Etnográfico do Globo*, de Adrien Balbi – e de José Bonifácio, que na linguagem poética advogava o direito brasileiro de criar neologismos cultos (Pinto, 1978, p. 5-11).

Os *insultos impressos*, apaixonadas brigas na imprensa da época da Independência (Lustosa, 200, p. 28-37), igualmente evidenciaram a questão da língua tanto nas disputas sobre a nacionalidade, como por exemplo, nas críticas feitas ao estilo do redator do *Macaco Brasileiro*, e, de forma menos polêmica e mais ligada à constituição de uma esfera pública de sociabilidade, na formação de uma opinião pública, processos em que a imprensa foi agente principal. Assim, a imprensa como fonte de ilustração e instrução, como meio para formar politicamente o cidadão, era apresentada como capaz de suprir a carência de livros “em linguagem nacional”.

Ao longo do século XIX, ao menos até a década de 1870 quando houve uma inflexão na produção intelectual e no contexto histórico-social em diferentes documentos - desde relatórios ministeriais, por exemplo, a anúncios de jornal que revelam representações mais anônimas sobre a língua -, encontra-se uma alternância entre os termos língua portuguesa e língua ou idioma nacional. A defesa de Joaquim Norberto, José de Alencar e outros sobre a “língua brasileira” gerou muitas conseqüências, mas não a de firmar essa expressão. O debate que aconteceu mais tarde, na transição entre os séculos XIX e XX, não girou em torno dessa expressão, e sim de “dialeto brasileiro”, como pode ser acompanhado em artigos da Revista Brasileira (1879-1881).

Além do dicionário de Silva Pinto, haveria um segundo enigma que valeria a pena investigar, que é a sugestão de que ele teria escrito uma *Gramática Brasileira ou Arte de Falar, conforme as regras de Manuel Borges Carneiro*, de 1847. Nada encontrei ainda, além da menção no texto de apresentação da edição fac-similar do *Dicionário da Língua Brasileira*, sendo que repito aqui as palavras de Sacramento Blake: “nunca vi esta obra”¹¹. Sobre a segunda parte do seu título, é importante esclarecer que Manuel Borges Carneiro foi um autor português¹².

Silva Pinto abriu mão do plano original, que seria justamente dispendioso em excesso, e fez um “Dicionário portátil”: um volume de pequena dimensão, com 21 centímetros de altura e 580 páginas, certamente muito mais “portátil” que os volumes do Moraes (a edição de 1813 consiste de dois pesados tomos). Antes de mais nada, a proposta parecia ser de um volume que deveria circular, bem manuseável, barato, que chegaria facilmente às escolas e aos alunos. Haveria menções à obra em catálogos de livreiros de anos depois, ao preço de 4\$000 réis (Silva, 1860, p. 303).

Antônio de Moraes Silva, no prólogo à primeira edição de seu dicionário, fazia uma curiosa comparação com o *Vocabulário Português e Latino*, de Bluteau (1712), que lhe serviu de base. Moraes se vangloriava do préstimo que faria ao público, quanto ao preço e ao volume do dicionário:

“Todavia, não venderei ao Público por grande o serviço que lhe fiz, basta que conheça, que lhe poupei a despesa de 10 volumes raros; que lhe dou o bom que neles há, muito melhorado, e por uma décima parte, ou pouco mais do seu custo, com a comodidade de não andar revolvendo tantos Tomos; e isto é alguma coisa, enquanto não aparece outra melhor.”¹³

42 Dicionário da Língua Brasileira e Dicionário da Língua Portuguesa

Vistos o título e o prólogo, a dimensão do volume, algo da motivação do autor e algumas circunstâncias da época, o que poderia agora ser apontado sobre o corpo do dicionário?

Uma questão que pode ser colocada é a relação que essa obra, dedicada à “língua brasileira”, manteve com possíveis usos e vocábulos que seriam singulares. Ou seja, é mais ou menos natural que nos perguntemos se Silva Pinto se destacou por uma lexicografia especial, dedicada às diferenças lingüísticas entre Brasil e Portugal. Assim, investiguemos se há verbetes desse tipo. A resposta inicial é: sim, se levarmos em consideração, por exemplo, palavras originárias das línguas africanas e americanas. (Há que se considerar se este seria um critério intrínseco de brasilidade, mas deixemos essa questão em aberto por um momento). Há no *Dicionário da Língua Brasileira* inúmeros verbetes africanos e americanos, embora em geral não se indique a origem da palavra:

Mandinga, s. f. Entre os Africanos, Feitiçaria.

Quilombo, s. m. No Brasil, é a pousada, ou aposento, onde se recolhem em sociedade no mato os pretos fugitivos, a que chamam Calhambolas.

Mandioca. S. f. Raiz farinácea do Brasil, de que se faz a farinha, que serve de pão.

Seria também natural perguntar se esses verbetes teriam sido especialmente coligidos por ele ou não, comparando o volume com algum dos possíveis dicionários disponíveis naquele momento. Havia uma importante biblioteca no Seminário Episcopal de Mariana, que Silva Pinto pode ter consultado, inclusive porque ali estudou teologia, retórica, línguas e matemática (Pereira Maria, 1996). Dados os limites deste trabalho, iremos compará-lo à segunda edição do *Dicionário* de Morais, de 1813, feita em vida pelo dicionarista. Após a primeira

edição, de 1789, e esta, foi feita ainda uma terceira edição pelo autor, em 1823. Silva Pinto não indica nenhum outro autor, mas menciona que consultaria “todos os vocabulários ao alcance” se não tivesse redimensionado a sua tarefa, ao ver que o ganho material não seria compensatório do árduo trabalho. Alguns outros dicionários de português existentes nesse período eram o de Bluteau, o da Academia Real das Ciências de 1793, mas que abrange apenas a letra A, o de Bacelar, o de Fonseca¹⁴.

Essa comparação mostra que muitos desses vocábulos africanos ou americanos já estavam em Morais. E estavam em Morais menos por ter sido ele um “fluminense”, e mais – por ser esse um fenômeno de maior amplitude – por que essas palavras compunham já não exatamente o Brasil, mas o império colonial português. Uma voz africana não foi assimilada à língua portuguesa, necessariamente no Brasil. Isso parece óbvio, mas nem sempre as lentes chauvinistas foram¹⁵ postas de lado ao procurar os “brasileirismos” a qualquer custo. Na feliz formulação de João Paulo Rodrigues, para Morais o que valia era enriquecer o idioma lusitano com palavras de origem local, em consonância com a vigente idéia de império luso-americano da geração de 1790 (Maxwell, 1999). Outro ponto importante é que algumas obras, e o *Dicionário* de Morais é uma delas, no século XVIII, observam e trazem registros de particularidades e variações da língua portuguesa (Pinto, 1993)¹⁶. A questão poderia ser colocada mesmo para a obra de Bluteau, que também incorpora o mundo colonial, nas entradas relativas a fenômenos tanto naturais como a sociais (por exemplo: Caju, “planta do Brasil”, ou Cabra, “Deram os portugueses este nome a alguns índios”)¹⁷.

Desta forma, não parece haver algo especial, em termos de uma lexicografia original de Silva Pinto. O que o tipógrafo mineiro fez foi algo mais singelo, numa espécie de simplificação do Dicionário de Morais. Não é adequado, porém, pensarmos em uma espécie de “Morais de bolso” como algo de menor relevância histórica. A proposta do Dicionário Portátil pode ser entendida como parte do incremento da imprensa, contexto marcado ainda pelas propostas de expansão da instrução pública. Por isso, é importante levar em conta

o objeto material analisado, as suas características físicas. Ora, um dicionário de bolso, barato, em época em que há demanda por material impresso, e em que a instrução pública é entendida como a possibilidade de formação de um “modo geral de sentir”, poderia ser um excelente empreendimento para quem era, aliás, proprietário de uma tipografia. Contribuiria assim para difundir o “idioma nacional” através das vastas regiões do Império, entre “todas as suas classes”.

Comparando os verbetes, nota-se que Silva Pinto resumia as definições de Moraes, muitas vezes retirando as citações clássicas. Além disso, onde em Moraes havia o verbo e o adjetivo (ex. apenadoado e apenadoar), Silva Pinto colocava só o verbo. Moraes define: apenhado, apenhador, apenhamento, apenhar; Silva Pinto insere apenas apenhar. Ao lado do drástico resumo das definições dos verbetes, bem como da supressão das citações e abonos das autoridades, esse foi um dos grandes critérios do autor.

Na coluna da esquerda aparecem os verbetes do *Dicionário da Língua Portuguesa* de Moraes, na direita do *Dicionário da Língua Brasileira*, de Silva Pinto.

Alcunha, s. f. apelido, sobrenome. ant. algum apelido injurioso alusivo a algum defeito da pessoa. §. Antigamente era indiferente: v. g. ficou a D. J. I por alcunha o Rei de boa memória. Chron. de J. I por Leão V ord. af. I. f. 455 (p. 86, tomo I)	Alcunha, s. f. Antigamente era o mesmo que apelido. Hoje se diz do apelido posto por defeito, ou por algum sucesso.
---	---

Algaravia, s. f. Linguagem ininteligível, confusa: no mesmo sentido dizemos Falar Vasconso (p. 92, tomo I)	Algaravia, s. f. Linguagem confusa, que não se entende
--	--

Anexim, s. m. Axioma vulgar, ou dito picante do vulgo. Eufr. I I. 3. Lobo, Corte, D. 3. que não tenham anexins em lugar de adágios e sentenças (p. 133, tomo I)	Anexim, s. m. Axioma vulgar. Dito picante do vulgo
---	--

Interessante ainda como opiniões e valores não se separavam das definições:

Ateísmo, s. m. A opinião absurda dos que negam a existência de Deus (p. 222, tomo I)	Ateísmo, s. m. Seita absurda dos que negam a existência de Deus
--	---

Estes verbetes exemplificam bem a simplificação operada no pequeno dicionário.

Balaio, s. m. Espécie de cesta de palhinha, que usam as saloias; outros há que vêm do Brasil, matizados de cores, de palha mais grossa, para vários usos. Leão, orig. c. 5. "alquicé, filele, balaio" (p. 253, tomo I)	Balaio, s. m. Espécie de cesta
--	--------------------------------

46

<p>Bambu, s. m. Espécie de cana mui alta, e grossa, a que no Brasil chamam Taquaraçu; os gomos desta cana servem para vasos d'agua, e resistem assaz+ ao fogo, para neles se guizar a comida: há machos e fêmeas. Cron. j. III. P. 4. c. 84. Luc. 888. "A poder d'açoutes dos Bambus" (p. 257, tomo I)</p>	<p>Bambu, s. m. Espécie de cana muito grossa que no Brasil são o nome de Tacuaraçu. Fig. Bordão muito grosso</p>
--	--

<p>Baqueta, s. f. Peça de pau torneada, com que os tambores se tocam, para tirar som deles (Ital. bacchetta) (p. 261, tomo I)</p>	<p>Baqueta, s. f. instrumento de pau com que se toca o tambor</p>
---	---

Os verbetes dedicados aos fenômenos da língua indicam ainda os valores e expectativas quanto ao bom uso do vernáculo.

<p>Barbarismo, s. m. t. de Gram. Vício contra as regras e pureza da Linguagem, pronunciando, usando de palavras ou frases estrangeiras; v. g. "fundamentos inebriáveis". Barros, Gramm. 161. "Barbarismo é vício que se comete na escritura de cada uma das partes ou na pronúnciação." §. Errônea, ação de gente bárbara. M. Pinto, c. 108. chegam a tanto barbarismo e desatino que dizem. Barbaridade, barbarice (p. 263, tomo I)</p>	<p>Barbarismos, s. m. (T. de gramática) vício contra as regras e pureza de linguagem, pronunciando e usando de palavras estrangeiras</p>
--	--

Este conjunto de termos fala de singularidades do Brasil

<p>Bicuda, s. f. Peixe Brasílico que tem um bico longo, agudo e duro; é rabiforçado, desdentado, e mui carnosos (p. 281, tomo I)</p>	<p>Bicuda, s. f. Peixe do Brasil</p>
<p>Bicuiva, s. f. Noz oleosa do Brasil de que se usa na Medicina (p. 281, tomo I)</p>	<p>Bicuiva, s. f, Noz do Brasil oleosa e medicinal</p>
<p>Beiju, s. m. Massa de tapioca ou de farinha de pão, aplanada e cozida no forno, fica a modo de coscorões (p. 274, tomo I)</p>	<p>Beiju, s. m. Massa que fazem no Brasil de farinha de mandioca cozida no forno</p>
<p>Cafuné, s. m. t. do Brasil. ch. Estalos que se dão na cabeça, como quem cata (p. 320, tomo I)</p>	<p>Cafuné, s. m. No Brasil é o estalo que se dá na cabeça à maneira do que cata</p>
<p>Cajá, s. m. Fruto do Brasil da feição de uma grande ameixa amarela, de gosto agridoce; é aromático, tem grande caroço, coberto de fibras (p. 321, tomo I)</p>	<p>Cajá, s. m. Cajás no plur. É uma fruta do Brasil bem parecida com uma ameixa amarela</p>
<p>Calhambola, s. c. O escravo, ou escrava, que fugiu e anda amontado, vivendo em quilombos: é termo usado no Brasil, orden. Collec. ao L. 4. T. 47. n. I. (De Canhen-bora, palavras da Língua geral Brasílica, o fujão, ou acostumado a fugir) (p. 326, tomo I)</p>	<p>Calhambola, adj. pen. l. No Brasil se diz do preto escravo fugido que anda pelo mato em quilombos ou quadrilhas</p>

<p>Jerepemonga, s. f. Uma serpente Brasileira, que se fixa imóvel debaixo d'agua e dizem dela que o animal que a toca fica tão pegado à sua pele que dificilmente o apartam dela; e seguro assim o leva ela para a água (p. 189, tomo II)</p>	<p>Jerepemonga, s. f. Serpente do Brasil</p>
<p>Jenipapo, s. m. Fruto do Brasil, verde por fora, com uma massa e caroço dentro, vulgar na Bahia e Pernambuco. §. Um sinal ou malha preta que os mulatos têm de nascença nas nádegas ou pouco acima (p. 189, tomo II)</p>	<p>Jenipapo, s. m. Fruto do jenipapeiro</p>
<p>Joanga, s. f. Embarcação Asiática. <i>Castanh. L. 8. f. 134</i> (p. 189, tomo II)</p>	<p>Joanga, s. f. embarcação da Ásia</p>
<p>Mamoeiro, s. m. Árvore que dá mamões (p. 255, tomo II)</p>	<p>Mamoeiro, s. m. árvore do Brasil, que dá os mamões</p>
<p>Mandioca, s. f. Raiz farinácea Brasileira de que se faz a farinha, com que lá comem o conduto. V. Maniçoba e Maniva (p. 257, tomo II)</p>	<p>Mandioca, s. f. Raiz farinácea do Brasil, de que se faz a farinha, que serve de pão</p>
<p>Mandinga, s. f. t. da África. Feitiçaria; feitiços (p. 257, tomo II)</p>	<p>Mandinga, s. f. Entre os africanos feitiçaria</p>

Mandu, s. m. t. do Bras. Manoel. §. Tolo. Pinto Renascido (p. 257, tomo II)	Mandu, s. m. No Brasil é o mesmo que Manoel. Fig. Tolo.
Mazombo, s. m. filho do Brasil, nascido de gente européia t. injur. (p. 278, tomo II)	Mazombo, adj. nascido no Brasil
Macuma, s. f. t. usado no Brasil, ou antes Mucama, como lá dizem. A escrava que acompanha a senhora, quando sai à rua. No Rio de Janeiro diz em Mucama, na Bahia, Pernambuco, e outras partes, Munbanda, que não só acompanha, mas é so serviço da Senhora em casa (p. 245, tomo II)	Macuma, s. f. No Brasil a escrava que acompanha a senhora pela rua. De ordinário chamam mucambas

A análise da construção discursiva dos verbetes também seria muito útil, avaliando possíveis traduções e transições de sentidos entre Moraes e Silva Pinto. No entanto, entendo que essa análise escaparia aos limites deste trabalho. Análises de lingüistas, especialistas em lexicografia, certamente enriqueceriam a pesquisa aqui conduzida¹⁸.

Cabe fazer uma rápida menção à questão ortográfica. As últimas páginas do *Dicionário da Língua Brasileira* trazem uma errata. Uma das emendas foi *ortografia* por *orthografia*. Como sabemos, no século XIX não havia padronização ortográfica. Um movimento bastante interessante, manifestado tanto no Brasil como em Portugal, apareceu na década de 1870, inaugurando, no cenário brasileiro, um acalorado debate entre os que defendiam uma ortografia racional ou fonética, e aqueles apegados à tradição etimológica, em que um *th* deveria ser mantido a qualquer custo. Cada uma dessas tendências abrigava variações e soluções particulares. Embora não seja possível, nos limites e problemática deste trabalho, aprofundar o estado dessa

discussão nas primeiras décadas do século XIX, pode-se apontar brevemente a relação que Silva Pinto manteve com o *Dicionário* de Morais, pois houve algumas diferenças. Por exemplo, quanto ao ph. Este em alguns casos não foi utilizado por Morais, que grafou muitas palavras com f, remetendo alguns verbetes para a grafia com ph. Dessa forma, hierarquiza as duas opções. Silva Pinto, porém, restaura o ph, grafando por exemplo, apherese, apherismo, termos que em Morais aparecem com f. Houve uma certa inversão entre as formas sugeridas e as não adequadas: Silva Pinto inclui o verbe Falange. Mas não o explica, dizendo apenas: “Melhor Phalange”, ao contrário de Morais.

Esses dois verbetes foram transcritos sem atualização ortográfica, para ilustrar as diferenças:

Mingão, s. m. t. do Brasil. Papas de farinha de trigo, ou da flor de mandioca, com assucar, ovos, etc. Vasconc. Noticias. Figueira, Gramm. (p. 49)	Mingão, s. m. p. l. No Brasil, papas de farinha de milho, etc. com mel ou açucar
--	--

Outros exemplos, porém, indicam que Silva Pinto teria preferido o princípio de grafia baseado na fonética e não na etimologia. Morais escreve *mejo* e *mayor*, e Silva Pinto, *meio* e *maior*. As decisões ortográficas de Morais certamente constituem um capítulo à parte, pois ele ao mesmo tempo que afirma no prólogo preferir a ortografia filosófica, em que a cada som corresponderia um só sinal, e que não a seguiu a contragosto, seu dicionário é pontuado por microdiscussões ortográficas, em pequenos palpites e remissões; como neste exemplo:

“Mestiço, ou mistiço (este parece melhor, de misto, mistura) adj. Filho de animais, que não são da mesma espécie; v.g., o mu. § O filho de Europeu com Índia, de branco com mulata, &c.”

A obra de Filomena Gonçalves oferece uma análise bastante abrangente sobre a questão ortográfica, do século XVIII ao XX, e inclusive aborda a produção brasileira sobre o tema (Gonçalves, 2003). Chamo apenas a atenção aqui, pois isso mostra que o nosso compilador foi também autônomo em relação ao compilado. Além disso, há também nele algumas indicações sobre como certas palavras deveriam ser pronunciadas (neste exemplo, transcrevemos sem atualização ortográfica, para ilustrar a questão da padronização dos acentos naquele momento).

Poço, s. m. (com ó fechado). Pòços no plur. (com ò aberto). Còva muito funda onde se conserva a água (...).

Dicionários, bem como gramáticas e ortografias, constituem instrumentos tecnológicos, decisivos na formação das línguas nacionais, de acordo com a perspectiva teórica que tem sido trilhada por Orlandi e outros (Orlandi, 2001). Tais instrumentos tecnológicos, no bojo das idéias lingüísticas de determinados contextos, formariam um saber metalingüístico que acabaria por interferir na própria constituição da língua. O trabalho específico de José Horta Nunes dedica-se à história da lexicografia no Brasil, e quanto aos dicionários brasileiros do século XIX, trata do *Vocabulário Brasileiro para servir de complemento aos dicionários de língua portuguesa*, de Brás da Costa Rubim, publicado em 1853, e não faz referência ao volume de 1832. A análise de Horta Nunes possibilita de qualquer forma afirmar que, de acordo com os critérios que apresenta, o *Dicionário da Língua Brasileira* estaria baseado em séries de definições, justamente na esteira de Moraes, à diferença do *Vocabulário* de Bluteau, em que as etimologias teriam o peso decisivo (Nunes, 2001; Guimarães, s.d.). Como a questão de Horta Nunes procura interrogar a relação entre a discussão da língua nacional no XIX e a lexicografia – um dos principais argumentos, na época, para qualificar os diferentes graus da singularidade face a Portugal – de fato o trabalho de Rubim é muito mais significativo, bem como as obras de Macedo Soares e Beaurepaire-Rohan, do final do século. De qualquer forma, Rubim não está interessado em

rupturas radicais, e sim, muito mais, em contribuir com a especificidade nacional para um dicionário “total” da língua portuguesa (Coelho, 2003), como de resto, era próprio de diferentes formulações de identidade nacional no Romantismo, em que o nosso singular era herdeiro e continuador da tarefa civilizadora iniciada por Portugal (Guimarães, 1988).

A quantidade de gramáticas, artes de escrever, ortografias, lições, compêndios, epitomes, dicionários, guias publicados nos séculos XVIII e XIX em Portugal e no Brasil impressiona. A lista tem mais de cinquenta títulos (Gonçalves, 2002, p. 153-166), formando uma espécie de densa população de volumes, que parecem ter proliferado quase numa espécie de geração espontânea. Apenas para oferecer um outro exemplo dessa proliferação de volumes dedicados à língua, à gramática e à ortografia, mencionemos o *Compêndio da Gramática da Língua Nacional*, de 1835, de autoria de Antônio Pereira Coruja, com várias edições ao longo do século XIX. Isso deve se explicar pela questão educacional, relacionada ainda à formação do Estado. Especificamente a história dos dicionários liga-se à difusão das tipografias, em movimento que começou pela França, partes da Itália e que no século XVIII manifestou-se visivelmente em Portugal e outros países. Os dicionários, volumes impressos e dados à circulação, fazem ecoar nos lugares em que chegam, tanto os sentidos, como as grafias, algumas “memórias” particulares, tornando-se padrão nacional. Esse eco de sentidos e usos particulares trazido pela difusão da palavra impressa, se é comum a outras formas de discurso, como um romance de Alencar, mais forte ainda seria no caso de dicionários. Toda a atividade da imprensa deparava-se constantemente com a questão da padronização da língua. Um exemplo disso foi lembrado por L. Hallewell, que apontava, na complexa formação da língua inglesa, como variações vocabulares e gráficas acabaram fixadas por decisões arbitrárias, e mesmo casuais, de impressores e editores. Há assim uma vertente que pode ser trilhada por historiadores, que poderíamos propor como recuperar a história da língua na história do livro (Hallewell, 2004).

A Tipografia de Silva

53

O principal sentido que podemos perceber para o adjetivo brasileiro como característica do volume pode vir da atividade tipográfica e da circulação do material impresso produzido localmente. A Tipografia de Silva publicou muito provavelmente os primeiros livros na província de Minas Gerais. Aliás, uma província onde, em muitas localidades, produziam-se seus próprios jornais (Veiga, 1898). Chama a atenção a publicação de volumes da *Coleção das Leis do Império*, quase em coincidência com o período regencial, entre 1829 e 1841. Perguntamo-nos: será que outras capitais de província também imprimiam exemplares da Coleção de Leis? Havia algum tipo de subsídio do Estado ou tratava-se de lançar ao público volumes mais baratos que os trazidos da Corte, publicados pela Tipografia Nacional e outras tipografias situadas no Rio de Janeiro? Embora sem poder responder de forma exata, é válido atentar para essa possível autonomia provincial no que dizia respeito ao impresso.

Assim, um pequenino volume do *Código Criminal*, com apenas 10 cm de altura, faz pensar numa demanda intensa pelas novidades da época, em que tanto se apostou nas reformas liberais. Vem a propósito comentar que já nos primeiros parágrafos do Código, com as definições iniciais do crime e do criminoso, aparecem as atividades da imprensa que poderiam vir a ser criminosas, estipulando-se ainda a responsabilidade de autores e impressores. Nada mal poder carregar no bolso um guia seguro para identificar ações e condutas que pudessem ser enquadradas naquelas novidadeiras noções de crime e punição. Houve várias outras edições do Código já em 1831: a da Tipografia Nacional, a de Seignot-Plancher, ambas do Rio de Janeiro, e inclusive uma tradução francesa de 1834¹⁹. Em 1833, publicou-se na Tipografia de Silva também o *Código do Processo Criminal*, que fora elaborado no ano anterior²⁰.

Em outra linha de publicações poderíamos incluir o *Dicionário* em foco, pois são publicações dirigidas à instrução, como *Elementos de farmácia, química e botânica*, nova edição por Luís Maria da Silva Pinto, Ouro Preto, Tipografia de Silva, 1837²¹. No mesmo ano saiu

dali um manual dedicado à *Matéria Médica*, talvez pela iminência da criação da Escola de Farmácia.²²

Outra publicação de 1831 foi a *Gramática e Poesia Latina extraída de vários compêndios para dar comodidade aos principiantes*, de Manoel Joaquim d'Oliveira Cardoso. O chamariz de que o volume traria “comodidade aos principiantes” é perfeitamente correspondente à dimensão “portátil” do *Dicionário*, bem como à ainda menor dimensão do *Código Criminal*. O prólogo justifica a importância, uma vez que a língua latina seria

“digna da assídua aplicação da Juventude Brasileira, a quem é dedicado este Compêndio, em que se pretende excluir o supérfluo, e apresentar tão somente o necessário, e indispensável”²³

Pelo que se observa, uma espécie de espírito prático havia se disseminado por ali. Se a *Gramática Brasileira* de 1847, mencionada acima, de fato foi publicada, pode ter seguido exatamente aquela demanda por material impresso a ser utilizado nas práticas educacionais, em livros mais acessíveis, de produção local, compendiando ou simplificando volumes trazidos de Portugal. O adjetivo “brasileiro”, no título, teria assim principalmente esse significado.

De autoria de José Carlos Marink, foi publicado em 1838 o *Compêndio explicativo sobre o método de ensino mútuo*²⁴. O autor, após experiência na Corte, procurava apresentar de forma bastante objetiva quais as condições para que se aplicasse o método, indicando desde a dimensão adequada das salas de aula, o mobiliário especial e sua disposição, até o planejamento detalhado das atividades dos alunos e dos professores.

Encontrei publicações da Tipografia de Silva entre o período de 1828 e 1841. São volumes bastante simples, sem nenhum destaque quanto à qualidade gráfica. Pesquisas mais minuciosas nos arquivos e bibliotecas mineiras podem vir a revelar uma possível continuidade na atividade do tipógrafo.

A pista de que a circulação de impressos e escritos modifica as relações de poder, apontada, por exemplo, por Roger Chartier, pode ser seguida. O conceito de práticas da escrita, instigando o olhar para as formas de produção, leitura e apropriações complementa o conhecimento sobre as questões históricas, possibilitando vislumbrar facetas de uma cultura política singular.

A questão das tipografias provinciais talvez ajude também a entender o objeto deste artigo. Segundo Hallewell, na primeira metade do século XIX as capitais das províncias mantinham atividades tipográficas com certa autonomia, bem como relacionavam-se diretamente com a Europa no caso do comércio de livros. Em Minas, houve uma iniciativa bastante interessante, de montagem totalmente local de uma oficina tipográfica por J. J. Viegas e Manuel José Barbosa Pimenta e Sal (!), chamada Tipografia Patrícia de Barbosa e Cia. Hallewell afirma que essa produção local tendeu a declinar com a expansão dos meios de transporte, passando a competir com a produção da Corte. O contemporâneo Richard Burton viu a mesma razão para a diminuição da atividade tipográfica local: “Atualmente, o aumento das comunicações com a metrópole reduziu as tipografias a uma só, à “Tipografia do Minas Gerais”. O relato de Burton faz pensar que Silva Pinto teria sido o dono dessa tipografia, mas é uma pista muitíssimo vaga, podendo ser falsa.

Ensaio de conclusão.

O “modo geral de sentir” e os fragmentos alheios

A título de ensaio de conclusão, gostaria de retomar a idéia de Ilmar Rohloff de Mattos acerca da “formação do povo”, para onde talvez possam convergir as questões da identidade nacional, e por extensão a da língua nacional, a questão da instrução pública e as atividades da imprensa, como fenômenos relacionados à formação do Estado imperial, e aos conflitos e tensões advindos daquela experiência. Em paralelo, mantenhamos a noção de que um dicionário constitui uma prática discursiva, que tem implicações e conseqüências para a vida social.

A instrução primária e gratuita é mencionada na Constituição do Império, e foi vista por dirigentes como uma “garantia constitucional”. Em 1827, foi elaborada uma lei segundo a qual deveriam ser criadas escolas de primeiras letras nas vilas, cidades e lugarejos do Império. Talvez a província de Minas Gerais tenha sido uma das que mais se empenharam nessa proposta. De acordo com uma estatística apresentada em 1856 pelo ministro do Império, essa província era, de longe, superior em número de estabelecimentos de ensino e de alunos, que somavam quase 19 mil, enquanto na Bahia contava-se quase 8 mil alunos, no Município da Corte, quase 7 mil, e em muitas outras esse número era inferior a quatro mil²⁵. Na década de 1830 esse envolvimento com a instrução parecia já ser manifesto. O comentário de Raimundo da Cunha Matos é bastante interessante pois, além do número de alunos que freqüentavam estabelecimentos públicos e particulares, ele menciona potencialmente um contingente muito maior de habitantes que saberiam ler e escrever. De fato, nessa citação reencontramos a idéia de “derramar a instrução por todas as classes”²⁶.

“Estas notícias, extraídas de um mapa com que me obsequiou o ilustre membro do Corpo Legislativo, sr. Baptista Caetano de Almeida (que muito se tem desvelado no melhoramento científico da sua província), compreende as pessoas que estudam nas suas casas, por não poderem freqüentar as escolas em razão das distâncias em que se acham.

E adverte para outra prática que deveria ser levada em conta, numa interessante conclusão:

É muito certo que todos os homens brancos, a maior parte dos pardos, grande número de pretos, poucos índios civilizados e quase todas as senhoras distintas, sabem ler, escrever e contar.” (Matos, 1981, p. 92).

A implantação dos cursos superiores no Brasil também motivou tanto a discussão sobre a língua nacional, como, ao possibilitar a formação local dos bacharéis e doutores, ajudou a consolidar uma língua literária própria (Süssekind, 1994, p. 459).

O sentimento de unidade ia, assim, pouco a pouco se forjando. Para escritores da geração seguinte de Silva Pinto, como o Cônego Fernandes Pinheiro, a língua comum era considerada o fator de união entre os díspares elementos do que se pretendia conceber como um conjunto. Sua difusão seria uma forma de reduzir os particularismos, de governar pelo caminho da incorporação a uma imagem de unidade. Através da língua, as regiões se uniam, livres e escravos tornavam-se membros (embora sempre diferenciados) de uma comunidade. Essa opinião generalizava-se entre os dirigentes. Um presidente da província de Minas Gerais, em meados do século, associava a criminalidade à “ignorância do idioma nacional”:

“Avultam nos mapas criminais, como fica exposto, os atentados contra a segurança individual, o uso de armas, e alguns contra a propriedade, e como se vê também a maior parte dos réus é estranha ao conhecimento dos primeiros rudimentos da língua nacional.²⁷”

Mas os conflitos teimavam em aparecer, bem como outras memórias e outras línguas, disputando com o idioma português, sobre o qual os brasileiros queriam exercer seu direito de herança, lugares próprios de sociabilidade. Como já escrevera José Honório Rodrigues, em artigo que sugere grande potencial de pesquisas ainda não foi devidamente seguidas:

“Em uma sociedade dividida em castas, raças e classes, em um país como o Brasil onde, por três séculos as várias línguas dos indígenas e dos imigrantes africanos lutaram contra uma única língua branca, não poderia haver paz lingüística ou cultural mesmo quando o processo da unificação lingüística já era evidente” (Rodrigues, 1985, p. 57).

No *Dicionário da Língua Brasileira* não há a entrada “brasileiro”. Português, tanto em Silva Pinto como em Moraes, têm apenas o sentido de moeda que circulava no tempo de D. Manuel. A definição de *nação* segue de perto a de Moraes, embora tenha retirado a idéia de língua como uma de suas definições.

<p>Nação. A gente de um país, ou região, que tem Língua, Leis e Governo à parte. v.g. Nação francesa, Espanhola, Portuguesa. § Gente de Nação, i.e., descendente de judeus, cristãos novos. § Raça, casta, espécie. (p. 332, tomo II)</p>	<p>Nação. S. f. ões no plur. A gente de uma país, que se governa por suas leis particulares. Casta, raça. <i>Gente de nação</i>, Descendente de Judeus</p>
---	--

Terá o tipógrafo-autor suprimido a referência à língua como critério de nacionalidade por causa da especial situação do Brasil diante de Portugal? Sem poder concluir sobre a sua intenção, vale a observação.

No *Dicionário da Língua Brasileira* aparecem muitos verbetes que designam grupos raciais e de identidade:

Cabra. Filho de pai mulato, e mãe negra, ou ao contrário.

Crioulo. O preto escravo, que nasce em casa de seu senhor. O animal ou ave que nasce em poder de seu dono.

Escravo. Cativo. Que está em escravidão.

Jalofo. Adj. Boçal, rude.

Mazombo. Nascido no Brasil.

Mulato. Nascido de preto com branca, ou de branco com preta. Pardo.

Pardo. De cor entre branco e preto. Mulato.

Preto. Homem preto.

Essas marcas fixaram-se na forma como aquela sociedade se representava. Eram marcas naturalizadas, e a partir delas, mas sem questioná-las, é que se buscava construir o modo geral de sentir.

Cem anos antes daquele interessante contexto, entre 1731 e 1741, também nas Minas Gerais, foram elaborados por Antônio da Costa Peixoto dois vocabulários manuscritos intitulados *Alguns apontamentos da língua Mina com as palavras portuguesas correspondentes* e *Obra Nova de Língua Geral de Mina, traduzida ao nosso idioma*. Aproprie-me da análise feita por Sílvia Lara desses manuscritos. Podemos tentar traçar uma série entre um momento e outro, e entender um processo longo e pontuado de conflitos, em que aparece a questão da identidade e do poder numa sociedade escravista. Traduzir para

converter seriam as ações principais daqueles estudos, que visariam acima de tudo à continuidade do domínio senhorial. Antes de mais nada, cumpria entender a fala do outro, como forma de melhor controlá-lo, e como dizia o autor: “se todos os senhores de escravos (...) soubessem esta linguagem, não sucederiam tantos insultos, ruínas, estragos, roubos, mortes (...)” (Lara, 2002, p. 219).

Aquele era, portanto, um momento de força da língua senhorial. Ao longo do século XVIII, a implantação da língua portuguesa no Brasil constituiu uma política explícita em uma série de medidas metropolitanas, culminando nas reformas pombalinas (Mariani, 2004). Mas a língua senhorial modificava-se lentamente, e passou a ser apropriada por uma outra classe senhorial, a do Império do Brasil, para a qual os significados de escravos, pretos, mulatos, calhambolas, cafres, cabras, crioulos pouco mudaram. A unidade política do Império do Brasil, reelaborando as heranças do Império português, executou um movimento interno de expansão na veiculação de valores, memórias, imagens que atravessavam a literatura, a história, a arte, a língua nacionais. O Império construiu a Nação, procurando dominar as “nações” internas, os particularismos, as outras heranças da colonização (Mattos, 2005). De qualquer forma, assim como as disputas sociais tiveram continuidade, a disputa com a heterogeneidade lingüística também irá continuar.

Procurei aqui compilar leis, papéis, fragmentos alheios. No entanto, não para “fazer um todo”, nem uma “história geral”. Foi, mais, para atentar para os que continuaram esparsos.

Recebido 31 de julho de 2006

Aprovado 23 de novembro de 2006

60 Resumo

O artigo trata do *Dicionário da Língua Brasileira*, publicado em Ouro Preto em 1832. O seu autor foi Luís Maria da Silva Pinto, que era também o dono da Tipografia de Silva. Nós propomos duas estratégias para a investigação. A primeira consistirá em analisar o próprio dicionário, comentando o seu título, os seus verbetes e algumas outras características. A segunda estratégia será esboçar um sentido mais amplo, relacionando a publicação do volume a alguns problemas históricos ligados à formação do Estado imperial, às idéias de nacionalidade e à cultura política, e ao conjunto de práticas da escrita nas primeiras décadas do século XIX, apontando especialmente para a circulação da palavra impressa e as suas implicações para os caminhos e descaminhos da formação de uma língua nacional no Brasil.

Palavras-chaves: língua nacional, Império, mestiçagem.

Résumé

L'article analyse le *Dicionário da Língua Brasileira*, Dictionnaire de la Langue Brésilienne, publié dans la ville de Ouro Preto, province de Minas Gerais, à 1832. L'auteur, Luís Maria da Silva Pinto, était aussi le propriétaire de la typographie, appelée Tipografia de Silva. Deux chemins d'investigation sont proposés. D'abord, on touchera quelques caractéristiques internes au dictionnaire (le titre, les entrées etc.). En même temps, on essaie d'interpréter le sens général du volume à partir des problèmes historiques rapportés à la formation de l'Etat, aux idées de nationalité et de culture politique, et aux pratiques de l'écrit vers 1830. Cet ensemble fait voir le rapport entre la circulation du matériel imprimé et le processus de formation d'une langue nationale au Brésil.

Notas

* Doutora em História, Pesquisadora CNPq. E-mail ivana@rb.gov.br

¹ Esta pesquisa recebeu recursos do CNPq. Os graduandos em História na PUC-Rio Iris Angela Alves de Oliveira, bolsista da Fundação Casa de Rui Barbosa, e Eduardo Roels, bolsista IC-CNPq, colaboraram na pesquisa. Bruno Gianez, graduando em História da UFOP, ajudou em alguns levantamentos em arquivos de Ouro Preto. Agradeço as contribuições de Kaori Kodama e Laura do Carmo. Uma versão sintética deste artigo foi apresentada no seminário Poéticas do Inventário, Fundação Casa de Rui Barbosa, em 1º de junho de 2006.

² Respectivamente: Nicolau Rodrigues dos Santos França e Leite, *O Philantropo*, 13 de Setembro de 1850, nº 76; José Bonifácio de Andrada e Silva, *Representação à Assembléa Geral Constituinte e Legislativa sobre a Escravatura*. Paris, Firmin Didot, 1825, p. 123-126;

Leopoldo Cesar Burlamaque, citado por Célia Azevedo, *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites no século XIX*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 43; José de Alencar, Pós-Escrito à segunda edição. In: *Iracema* – Edição do Centenário, Rio de Janeiro, INL, 1965, p. 244.

³ PINTO, Luís Maria da Silva. *Dicionário da Língua Brasileira*. Tipografia de Silva, Ouro Preto, 1832. O volume foi consultado na seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional. A Sociedade Goiana de Cultura fez uma edição fac-similar desse dicionário em 1996, mas o resultado não é perfeitamente legível: Pinto, Luís Maria da Silva. *Dicionário da Língua Brasileira*. Goiânia, Sociedade Goiana de Cultura, Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana, 1996. 588 p.

⁴ Relatório do Presidente de Província de Minas Gerais, ano de 1857. Ouro Preto, Tipografia Provincial, 1857. “Estando vagos os cargos de Diretor Geral da Instrução Pública, e de Vice-Diretor, nomeei por Portaria de 19 de julho, e do 1º de Setembro de 1856 o dr. Joaquim Delfino Ribeiro da Luz para o primeiro, (...) e o Cidadão Luís Maria da Silva Pinto para o segundo(...)”.

⁵ Algumas informações sobre Silva Pinto, em diferentes textos, são incongruentes. Tarquínio Oliveira afirma ter se baseado principalmente em informações de Cassio Lanari, sem porém indicar algum texto publicado. Os volumes de Inocêncio Silva e Sacramento Blake apresentam informações gerais. Embora tenha sido sócio do IHGB, a única menção a ele na coleção da Revista do Instituto, aparece em uma lista de sócios falecidos. Nenhum documento foi encontrado no acervo do Instituto. Provavelmente ele manteve contato com Raimundo da Cunha Matos, um dos fundadores do IHGB, que deve ter agenciado a associação de Silva Pinto, mas não encontrei mais pistas neste sentido. Segundo Oliveira, ele nasceu no arraial de Meia Ponte, em Goiás, por volta de 1787. Segundo o Pe. Pereira, o local seria a Vila do Pilar, e a data, 1775. Nas fichas catalográficas da Biblioteca Nacional o ano de nascimento foi 1773. O nome do pai também varia: João Santana de Silva Pinto, para um, e Luiz Silva Pinto para o segundo, que também afirma ter sido o pai “morto pelos índios”. Richard Burton indica que Silva Pinto estaria ligado à tipografia do Minas Gerais, por volta da década de 1850. Ele ainda fala do tipógrafo com um corcunda, um ultraconservador, que teria memórias sobre os acontecimentos de 1789.

Recuperei pouquíssima fortuna crítica relativa ao *Dicionário da Língua Brasileira*. Além do que está citado ao longo do artigo, que consiste apenas em menções ao volume, existe uma nota no Boletim da Biblioteca Pública Luís de Bessa, *Um velho dicionário impresso em Minas*. Aí encontra-se a referência a um artigo de Eduardo Frieiro, com o mesmo título, publicado no *Minas Gerais*, em 21 de abril de 1942, mas este número não consta da coleção de periódicos da Biblioteca Nacional.

Sobre a Tipografia de Silva, as informações em Hallewell também são quase nulas, pois ele aponta que a primeira publicação dataria apenas de 1835. Assim, o quadro aqui traçado foi resultado de pesquisa direta no acervo da Biblioteca Nacional e em instituições em Ouro Preto e Mariana (Biblioteca da Casa dos Contos, Biblioteca da Casa Setecentista do Pilar de Ouro Preto, e o Museu do Livro, antiga Biblioteca dos Bispos de Mariana), onde a catalogação incompleta ou mesmo inexistente sugere que

talvez ainda outros volumes possam ser localizados. O Arquivo Público Mineiro e a Biblioteca Pública Luís de Bessa podem também guardar algo produzido por Silva Pinto ou pela Tipografia de Silva. (Oliveira, 1983; Veiga, 1898 e 1998, Maria, 1996; Burton, 1976; Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo 47, 1884, p. 539; Um velho dicionário impresso em Minas. *Boletim da Biblioteca Pública Prof. Luís de Bessa*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais. Ano I, julho de 1970, n. 1; Hallewell, 1985; Blake, 1893-1902; Silva, 1860)

⁶ A íntegra do Prólogo:

PINTO, Luís Maria da Silva. Dicionário da Língua Brasileira. Tipografia de Silva, Ouro Preto, 1832.

A raridade do Dicionário do nosso idioma, embora hajão diferentes edições do Fluminense Antônio de Moraes Silva, e de muitos outros Lexicógrafos, me sugeriu o projeto de imprimir este auxiliante da Gramática e da Ortografia.

Coadjuvado pois com uma Tipografia, e bem assim induzido pelo desejo comum de avançar ao ótimo, empreendi a edição anunciada em 1829.

O número dos Srs. Assinantes desta, e mais Províncias do Império excedeu ao que parecera preciso para segurar as despesas, e por isso procedi logo à compra de papel suficiente. Contudo a reserva de quase todos para se prestarem quando recebessem os exemplares, me serviu de despertador sobre as falibilidades que ocorreriam até complemento da obra, e de que por esta maneira seria muito tênue o prêmio precuniário de um trabalho, tanto mais árduo, e longo quando cumpria consultar todos os Vocabulários ao alcance, para com efeito dar o da Língua Brasileira; isto é, compreensivo das palavras, e frases entre nós geralmente adotadas, e não somente daquelas que proferem os Índios, como se presumira.

Nestas circunstâncias, restringi o meu Plano, levando ao prelo o presente Dicionário portátil, que modificará a penúria ocorrente, e servirá de base a outra edição mais ampla, e regular, se este esforço patriótico merecer acolhimento, e os senhores amantes da Literatura Nacional se dignarem enviar quaisquer Notas sobre os vocábulos omissos, e definições inexatas, ao Editor no Ouro Preto.

⁷ Bethania Mariani faz um levantamento bastante interessante das formas de designação da língua brasílica, língua geral, língua tupi etc. *Colonização Lingüística*. Campinas, Pontes, 2004.

⁸ Joaquim Norberto de Sousa e Silva. A Língua Brasileira. *Guanabara. Revista Mensal Artística, Científica e Literária*. Tomo III, 1855, p. 100.

⁹ Joaquim Norberto de Sousa Silva. *História da Literatura brasileira e outros ensaios*. Organização, apresentação e notas de Roberto Acízelo de Souza. Rio de Janeiro: FBN/Zé Mario Editor, 2002, p. 88, grifo meu (o artigo foi publicado originalmente na Revista Popular, ano 2, jul-set 1860, p. 7).

¹⁰ IHGB. Dicionário Biobibliográfico de Historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros. Rio de Janeiro, 1996, vol. 5, p. 110.

¹¹ Foi procurada na Biblioteca Nacional, no IHGB, no Arquivo Público Mineiro, e em várias instituições em Ouro Preto.

¹² Carneiro, Manuel Borges. Gramática, ortografia e aritmética português. Lisboa, Impressão Régia, 1820. Obra citada por Gonçalves, 2003, p. 952.

¹³ Prólogo do autor à primeira edição. Antonio Moraes Silva, Dicionário da Língua Portuguesa, 6^a ed. Lisboa, Tipografia de Antonio José da Rocha, 1858, p.v.

¹⁴ Bluteau, Rafael. *Vocabulário Português e Latino*. Coimbra e Lisboa, 1712-1728; Academia Real das Ciências, *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa, Tipografia da Real Academia das Ciências, 1793; Bacelar, Bernardo de Lima e Melo. *Dicionário da Língua Portuguesa, em que se acharão dobradas palavras do que traz Bluteau e todos os mais dicionaristas juntos...* Lisboa, Oficina de José Joaquim Bulhões, 1783; Fonseca, Pedro José da. *Dicionário Português e Latino*. Lisboa, Regia Oficina Tipográfica, 1771. (Este último foi também um dicionário bastante conhecido e citado, e teve várias edições em Lisboa, ao longo do século XIX.

¹⁵ A expressão brasileirismos deve ser também adequadamente contextualizada, como própria de uma produção intelectual bastante fértil sobre o idioma nacional, das últimas décadas do século XIX, sendo que poderíamos citar, a título de exemplo, os trabalhos de João Ribeiro e Macedo Soares. Ver discussão sobre brasileirismos e africanismos em Petter, 2001.

¹⁶ Autores que escreveram sobre características da língua no Brasil, no século XVIII: Jerônimo Contador de Argote (*Regras*, 1721), apontando diferenças no vocabulário; e Luís do Monte Carmelo (*Compêndio de ortografia*, 1767), diferenças na fonética (Pinto, 1993)

¹⁷ Bluteau, Rafael. *Vocabulário Português e Latino*. Lisboa, Oficina de Pascoal da Silva, 1716. Ver também Heynemann, 2003.

¹⁸ No decorrer da elaboração deste artigo, tive notícia de uma dissertação de mestrado orientada por José Horta Nunes, na Unesp, dedicada a esse volume.

¹⁹ *Code Criminel de l'Empire du Brésil*, adopté par les chambres législatives dans la session de 1830. Traduit para M. Victor Fouchez... et précédé d'observations comparatives avec le code penal français. Paris, L'Imprimerie royale, 1834.

²⁰ *Código do Processo Criminal de 1^o Instância do Império do Brasil*. 3^a ed. Ouro Preto. Reimpresso na Tipografia de Silva, 1833.

²¹ Luís Maria da Silva Pinto, *Elementos de farmácia, química e botânica*, Tipografia de Silva, 1837. (Biblioteca Nacional, III – 186, 3, 29; o volume foi recuperado no catálogo de papel.

²² Pinto, Antonio José de Souza, *Matéria Médica*, Tipografia de Silva, 1837. (Biblioteca da Casa dos Contos).

²³ Cardoso, Manoel Joaquim d'Oliveira. Gramática e Poesia Latina extraída de vários compêndios para dar comodidade aos principiantes. Ouro Preto, Tipografia de Silva, 1831.

²⁴ Marink, José Carlos. Compêndio explicativo sobre o método de ensino mútuo. Ouro Preto, Tipografia de Silva, 1828.

²⁵ Relatório do Ministro dos Negócios do Império, Rio de Janeiro, Tipografia de Laemmert, 1857, Mapa n. 6.

²⁶ Relatório do Vice-Presidente da Província do Rio de Janeiro, 1845, citado por Ilmar Mattos, p. 256.

²⁷ Relatório do Presidente de Província de Minas Gerais, Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, 1855. Ouro Preto, Tipografia do Bom Senso, 1855.

Referências bibliográficas

Um velho dicionário impresso em Minas. *Boletim da Biblioteca Pública Prof. Luís de Bessa*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais. Ano I, julho de 1970, n. 1.

ALENCAR, José de. *Iracema - Edições do Centenário*. INL, 1965.

BLAKE, Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1883-1902. 2ª ed., 7 vols. Reimpressão Conselho Federal de Cultura, 1970.

BURTON, Richard, *Viagem do Rio a Morro Velho*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1976, cap. 38.

CHARTIER, Roger. As práticas da escrita. In: Roger CHARTIER (org.). *História da vida privada, 3: da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

COELHO, Olga. Léxico, ideologia e a historiografia lingüística do século das identidades. *Revista Letras*. 2003. 153-166.

CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1972. 3ª edição.

Humanas, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 33-67, 2006

FRY, Peter e VOGT, Arno. *Cafundó, a África no Brasil - língua e sociedade*. Campinas/São Paulo, Unicamp/Companhia das Letras, 1996.

GUIMARÃES, Eduardo. A língua portuguesa no Brasil. *Ciência e Cultura*. 57. 2005. 24-28.

Idem. Sinopse dos estudos do português no Brasil. *Relatos*. N. 1, s.d.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o IHGB e o Projeto de uma História Nacional. *Revista Estudos Históricos*. Vol. 1, n. 1, 1988.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil (sua história)*. São Paulo, T. A. Queiroz/EDUSP, 1985.

Idem. Conferência de abertura, I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial. Fundação Casa de Rui Barbosa, 8 de novembro de 2004.

HEYNEMANN, Claudia. O tribunal das letras: Rafael Bluteau e a cultura portuguesa dos séculos XVII e XVIII. *Acervo: revista do Arquivo Nacional*. Dossiê Religião, v. 16, número 2. 2003.

LARA, Sílvia. Linguagem, Domínio Senhorial e Identidade Étnica nas Minas Gerais de Meados do Século XVIII. In: Miguel Valle de Almeida e Outros (org.). *Trânsitos Coloniais*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002. 205-225.

LEITE, Yonne e CALLOU, Dinah. *Como falam os brasileiros*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002.

LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas - sentidos de mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003.

LIMA, Ivana Stolze. *A língua brasileira e os sentidos de mestiçagem e nacionalidade no Império do Brasil*. *Topoi - Revista de História*. 4. 2003. 334-356.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

MARIA, José Pereira [nota biográfica] in PINTO, Luís Maria da Silva Pinto. *Dicionário da Língua Brasileira*. Goiânia, Sociedade Goiana de Cultura, Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana, 1996.

Ivana Stolze Lima

66

MARIANI, Bethania. *Colonização Lingüística*. Campinas, Pontes, 2004.

MARIANI, Bethania e Souza, Tania. 1822, Pátria Independente. Outras palavras? *Organon*. 21. 1994. 43-51.

MARTINS, Nilce Sant'Anna. *História da Língua Portuguesa. Século XIX*. São Paulo, Ática, 1988.

MATOS, Raimundo da Cunha. *Corografia histórica da província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte, Publicações do Arquivo Público Mineiro, 1981.

MATTOS, Ilmar R. de. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. *Almanack Brasiliense*. 1. 2005. 8-26.

_____. *O Tempo Saquarema - A Formação do Estado Imperial*. São Paulo, HUCITEC, 1990, 2ª ed.

MAXWELL, Kenneth. *Chocolate, piratas e outros malandros. Ensaio tropicais*. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

NUNES, José Horta. Léxico e língua nacional: apontamentos sobre a história da lexicografia no Brasil. In: Eni ORLANDI (org.). *História das idéias lingüísticas*. Campinas/Cáceres, Pontes/Unemat, 2001.

OLIVEIRA, Tarquínio. [Introdução e notas] in Matos, Raimundo da Cunha. *Corografia histórica da província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte, Publicações do Arquivo Público Mineiro, 1981.

ORLANDI, Eni (org.). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas, Pontes, 2001.

Petter, Margarida, "Africanismos no português do Brasil. In Eni Orlandi (org.) *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas, Pontes, 2001

PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos, 1 — 1820-1920, fontes para a teoria e a história*. São Paulo/Rio de Janeiro, EDUSP/Livros técnicos e científicos, 1978.

_____. *A língua escrita no Brasil*. São Paulo, Ática, 1986.

Humanas, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 33-67, 2006

_____. O português no Brasil: época colonial. In: Ana Pizarro (org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo/Campinas, Memorial / Unicamp, 1993. vol. 1.

PINTO, Luís Maria da Silva. *Dicionário da Língua Brasileira*. Ouro Preto, Tipografia de Silva, 1832.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo 47, 1884.

RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A pátria e a flor: língua, literatura e identidade nacional no Brasil, 1840-1930*. Campinas, Unicamp, 2002.

RODRIGUES, José Honório. The victory of the Portuguese language in colonial Brazil. In: Alfred HOWER e A. Richard PRETO-RODAS (org.). *Empire in transition. The Portuguese world in the time of Camões*. Gainesville, 1985.

SANCHES, Edgar. *A língua brasileira*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1940. (col. Brasileira, vol. 179).

SILVA, ANTONIO MORAIS E. *Dicionário da Língua Portuguesa Recopilado*. Lisboa, Typographia Lacerdina, 1813.

SILVA, Inocêncio Francisco da. *Dicionário Bibliográfico Português*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1860 e 1893.

SUSSEKIND, Flora. O escritor como genealogista: a função da literatura e a língua literária no romantismo brasileiro. In: Ana Pizarro (org.). *América Latina: Palavra, Literatura e Cultura*. São Paulo/Campinas, Memorial / UNICAMP, 1994.

TROUCHE, Lygia M. Gonçalves. *A natureza da língua do Brasil e sua relação com uma construção do nacional no século XIX*. (documento eletrônico).

VEIGA, José Pedro Xavier da. *A imprensa em Minas Gerais (1807-1897)*. Ouro Preto, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1898.

VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides mineiras (1664-1897)*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1998.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: Laura de Mello e Souza (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997. 1.